

AO JUÍZO DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS DO xxxxxxxxx

Fulana de tal, brasileira, divorciada, serviços gerais, nascida em xxxxxxxx, RG nº xxxx e CPF nº xxxx, filha de fulano de tal e fulana de tal, residente e domiciliada na Quadra xxx, Conjunto xx, Lote xx, Bloco x, Apartamento xx, xxx, CEP x-xx, telefones: (xx) xx (whatsapp), vem, sob o patrocínio da DEFENSORIA PÚBLICA DO xxxxxx (Lei Federal nº 1.060/1950), por serem economicamente necessitados e em observância ao disposto na Lei de Registros Públicos (Lei Federal nº 6.015/1973), propor:

<p>AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DA CERTIDÃO DE ÓBITO</p>
--

de fulano de tal, que era brasileiro, era solteiro, desempregado, nascido em xxxx, e falecido em xxxx, RG nº xxxx xxx, filho de fulano de tal e fulana de tal, natural e residente de xxxxxxxx, conforme Certidão de Óbito lavrada no Cartório do xª Ofício de Notas E Registro, pelas razões de fatos e fundamentos jurídicos a seguir articulados:

I - DOS FATOS:

Fulana de tal era irmã do falecido fulano de tal.

No dia xxxxxx, xxxx veio a falecer, com causa da morte: choque neurogênico, perda de ancéfalo, politrauma: atropelamento. E como não foi identificado pelo instituto de identificação, conforme a informação técnica neocropapilosopia nº 002/2021, e nenhum familiar reclamou o corpo, foi submetido ao procedimento de “cadáver não identificado”.

Posteriormente enviaram o corpo do falecido para xxxxx, para ser feita a pesquisa de reconhecimento, pelo Instituto de Identificação. A análise comparativa da polícia Civil entrou em contato com a irmã do falecido, fulana, constatando que identificou o corpo de XXXXX DE XXXXXXXX.

Quando a morte foi comunicada aos familiares o cadáver já tinha sido enterrado em XXXXXX, e a **certidão de Obito de nº XXXXXXXXXXXXX**, lavrada como “indigente”.

Ocorre que o falecido foi diagnosticado com transtornos mentais aos 20 anos de idade, e tinha um comportamento confuso e dificuldade de raciocínio. Vivia como andarilho, percorrendo muitas estradas sem finalidade ou propósito, por isso a família não tinha notícias de seu paradeiro há alguns meses.

O intuito da presente demanda é a correção da CERTIDÃO DE OBTIDO, ****IGNORADO (CAD 35/2021)****, PARA CONSTAR **FULANO DE TAL, bem como os demais dados** com intuito de proporcionar tranquilidade emocional para os familiares.

II - DOS PEDIDOS:

Ante ao exposto, requer:

- a) os benefícios da justiça gratuita, por ser a Requerente hipossuficiente (Lei Federal nº 1.060/1950), conforme declaração de hipossuficiência anexa;

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
NÚCLEO DE ATENDIMENTO JURÍDICO DE INICIAIS DE BRASÍLIA
SCN QUADRA 01, BLOCO G, EDIFÍCIO ROSSI ESPLANADA BUSINESS, BRASÍLIA/DF, CEP: 71.200-219

b) a intimação do ilustre Representante do Ministério Público;

c) a procedência do pedido, deferindo-se a RETIFICAÇÃO DA CERTIDÃO DE ÓBITO DE XXXXXXXX, PARA QUE CONSTEM AS INFORMAÇÕES DE SUA IDENTIFICAÇÃO, retificando-se o seu registro de óbito, com a expedição dos competentes mandados Cartório do Primeiro Ofício de Notas e Registro Civil de Guarani de xxxxxx, para as devidas correções na certidão anexa, bem como para que seja emitida a xª via da certidão de óbito, sem cobrança de emolumentos.

NASCIMENTO: xxxxxx

NOME: XXXXXXXXXX

SEXO: xxx

DATA DO ÓBITO: xxx

RG: xxxx

ESTADO CIVIL: xxx

NATURALIDADE: xxx

PAI: xxx

MÃE: xxx

BENS: xxx

FILHOS: xxxx

AVÔ MATERNO: --

AVÓ MATERNA: --

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos.

Dá-se à causa o valor de R\$ xx (xx).

Pede deferimento.

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
NÚCLEO DE ATENDIMENTO JURÍDICO DE INICIAIS DE BRASÍLIA
SCN QUADRA 01, BLOCO G, EDIFÍCIO ROSSI ESPLANADA BUSINESS, BRASÍLIA/DF, CEP: 71.200-219

x

x

Requerente

x

Estagiária xxx

x

Defensor Público do x